

CURSOS DE FORMAÇÃO DE MILITANTES –
PEDAGOGIA E ORGANIZAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS
POR BARRAGENS¹

André Dumans Guedes dumansguedes2@hotmail.com

Bacharel em Ciências Econômicas (FACE/UFMG), mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e doutorando em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ).

RESUMO

Tendo início a partir do ano de 2001, a realização de “cursos de formação de militantes” pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se tornou desde então uma prática regular e consolidada. O montante de recursos destinado a essas atividades, a criação de um setor específico no interior do movimento voltado para a sua organização, assim como os discursos das lideranças atestam a importância atribuída pelo MAB a este tipo de prática. O presente trabalho apresenta inicialmente uma descrição etnográfica de uma etapa desses cursos, realizada ao longo de seis dias numa escola agrícola no interior de Tocantins. O eixo que norteia tal descrição é a discussão daquelas práticas e representações que, do ponto de vista das lideranças desse movimento, são veiculadas por tais cursos com o objetivo de constituir e difundir um determinado modelo de “militante do MAB”. Buscaremos argumentar que tal modelo deve ser compreendido à luz de determinadas estratégias políticas levadas a cabo por essas lideranças, tendo em vista a necessidade por elas postulada de consolidar um movimento que seja *nacionalmente* unificado. Nesse contexto, os cursos de formação nos parecem oferecer um ponto de partida para pensar algumas questões referentes às relações existentes entre os diversos grupos regionais que, situados em 15 diferentes estados do país, no presente momento se identificam como pertencentes ao MAB.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento dos Atingidos por Barragens, cursos de formação, militantes

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil

1. INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado busca discutir algumas questões relativas aos cursos de formação de militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Para tanto, recorro a informações contidas em minha dissertação de mestrado (“Projeto Identitário, Discurso e Pedagogia na Constituição de um Sujeito Coletivo – o Caso do Movimento dos Atingidos por Barragens”), defendida junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) no início de 2006.

Durante os anos de 2001 e 2002, a convite do MAB, tive a oportunidade de participar do primeiro ciclo nacional de cursos de formação promovido por esse movimento. Nessa época, eu fazia parte do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), coordenado pelo Prof. Carlos Vainer – também do IPPUR, ele já era há vários anos assessor desse movimento. Junto com minha colega nesse laboratório, a geógrafa Daniele de Carvalho Pinheiro, fui responsável, na primeira etapa desse ciclo, realizada em uma escola agrícola no município de Porto Nacional (TO), pela apresentação de um seminário relativo à história das lutas contra barragens no Brasil. Tendo participado dessa etapa, fomos convidados pelo MAB a acompanhar as etapas subseqüentes, realizadas em Corretina (BA), Miguel Burnier (município de Ouro Preto, MG) e Palmitos (SC).

No ano de 2004, quando, após um breve afastamento, voltei a cursar o mestrado no IPPUR, decidi adotar esses cursos como objetos de minha dissertação de mestrado. Tal pesquisa se realizou no interior do Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura (GPMC), organizado pelo Prof. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo, no contexto de uma linha de investigação coletiva centrada na questão das identidades sociais. Inicialmente, minha idéia era acompanhar novamente a realização de um ciclo de cursos, realizando aí o trabalho de campo que constituiria a base empírica de minha dissertação. Dificuldades relativas ao financiamento da viagem – um projeto apresentado e aprovado pela FAPERJ somente teve seus recursos liberados dois anos após o previsto, quando a dissertação de mestrado já se encontrava pronta – acabaram por redirecionar o foco da investigação. Ao mesmo tempo em que me deparava com essas dificuldades, as discussões coletivas no interior do GPMC me sugeriram uma possibilidade de continuar abordando os cursos de formação como objeto de estudo e simultaneamente contornar as limitações decorrentes da ausência de recursos. O que era a princípio uma discussão voltada para a perspectiva metodológica oferecida pela análise de discurso (seja de acordo com a “linha inglesa” ou com a “escola francesa”) terminou por se consolidar em um grupo de estudo da obra do filósofo e crítico literário Mikhail Bakhtin, em especial no que poderíamos chamar de sua “teoria do discurso”. Bastante interessado por esse

perspectiva, me propus então a realizar, na dissertação de mestrado, algo como uma “análise de discurso bakhtiniana”, tomando como material empírico os textos utilizados durante esses cursos de formação.

Em alguma medida, é o resultado dessa análise o que ampara os comentários que pretendo apresentar aqui. Em menor medida, considero também tal resultado a partir de reflexões mais gerais amparadas, essencialmente, por observações realizadas durante o mês de fevereiro de 2006, quando, em razão de outros compromissos com o MAB, pude novamente participar de etapas dos cursos de formação, em Brasília e em Campos Novos. Tive aí, então, a oportunidade de conversar, ainda que rapidamente, com alguns dos formuladores e professores desse curso, assim como com alguns de seus alunos.

Os comentários que apresento a seguir devem, assim, ser encarados antes como hipóteses a serem posteriormente verificadas do que como conclusões definitivas. Como afirmei, acima não tive (ainda) a oportunidade de realizar um trabalho de campo sistemático junto a esses cursos. Tendo iniciado meu doutorado no início do ano passado, e continuando a encarar o MAB como objeto de estudo, as possibilidades de prosseguir nessa senda de investigação me parecem bastante grandes.

2. A “FORMAÇÃO” NO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

No presente momento, a estrutura organizacional do MAB se caracteriza, dentre outros aspectos, por uma divisão interna do trabalho que responde pela formação de seis grandes “setores” ou “programas”:

- a) o Programa de Organização, Lutas e Produção
- b) o Programa de Formação
- c) o Programa de Educação
- d) o Programa de Articulação Nacional e Internacional
- e) o Programa de Comunicação, Divulgação e Sistematização
- f) o Programa de Administração, Secretaria e Finanças

Na prática, se não podemos dizer que essa estrutura organizacional está de fato instituída e consolidada, poderíamos, por outro lado, argumentar que esse modelo de organização interna tem sido o objeto de uma atenção crescente por parte dos dirigentes do movimento. Eles vêm tentando, aos poucos, adequar e orientar as diversas atividades realizadas pelo MAB a esse esquema. Assim, com exceção do Programa de Articulação Nacional e Internacional, para cada um dos outros setores ou programas existem, atualmente, ao menos dois militantes (ou “quadros”) cujo trabalho neles se concentra, quase que

exclusivamente. Tem sido cada vez mais comum a identificação de militantes com setores específicos, e não é raro que nos deparemos com situações onde isso é expressamente indicado por eles: “sou da educação”, “fazemos parte da comunicação”.

Antes de mais nada, um esclarecimento nos parece necessário a respeito da diferença entre os setores de formação e educação. O setor de educação foi criado recentemente e se concentra, sobretudo, em programas de “educação rural” que têm como público-alvo as “comunidades” ou os “atingidos” – ou seja, aqueles que poderíamos identificar como constituintes da “base” do movimento. O setor de formação, por outro lado, tem como foco um outro público: aquele formado pelos “militantes”. Naturalmente, a distinção entre *atingidos* e *militantes* não é e nem pretende ser rígida, ainda mais porque os *militantes* são, em sua quase totalidade, também *atingidos*. A natureza dos projetos e atividades existentes e planejados para esses dois setores é porém, significativamente marcada.

De acordo com um documento interno do MAB a que tive acesso (MAB 2005, p. 37), “a formação é compreendida não somente como os cursos ou encontros específicos, mas sim [como] todo o processo que ocorre no interior do movimento (lutas, mobilizações, reuniões, intercâmbio, cursos, etc.)”. Se por um lado essa citação apresenta uma preocupação em enfatizar que a formação não se resume a “cursos ou encontros”, por outro ela sinaliza a forma como são usualmente encaradas, pelos integrantes do MAB, as atividades desse setor. De fato, o trabalho dos militantes por ele responsável tem se concentrado, basicamente, nestes “cursos e encontros”.

Tanto os “cursos” quanto os “encontros” poderiam ser caracterizados como aquilo que Comerford (1999), no contexto de uma análise centrada no estudo das formas de sociabilidade e de ação coletiva das organizações camponesas², chama de “reuniões”. Para esse autor, as reuniões são espaços sociais característicos do universo social dessas organizações, definidas não apenas por uma dimensão instrumental (“meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações”) como também pela sua importância na construção desse próprio universo social, na medida em que “criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder nos seios dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e

² No que diz respeito a esse ponto, as preocupações desse autor dizem respeito, portanto, a formas que seriam, de alguma maneira, generalizadas e comuns entre os mais diversos tipos de “organizações camponesas”: não apenas movimentos sociais (como o MAB, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores) mas também associações e sindicatos de trabalhadores rurais.

membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar” (op. cit., p. 47). A análise que Comerford faz das “reuniões” coloca um conjunto (bastante rico, na nossa opinião) de possibilidade analíticas e questões a respeito das práticas relacionadas ao setor de formação do MAB que, no contexto desse trabalho, nos limitarei a tangenciar. Pretendo, porém, num futuro próximo, retomar essas possibilidades e questões para abordar, sob uma outra ótica, essas mesmas práticas.

Buscarei, aqui, tratar apenas dos “cursos”. Os “encontros” correspondem a todo um conjunto de outras atividades que são melhor definidas pela sua contraposição a eles. A partir do ano de 2001, a realização de “ciclos de cursos de formação” torna uma prática sistemática e regular no interior do MAB. Um “ciclo” se caracteriza pela realização de três ou quatro “cursos” (o que, visando a clareza da exposição, chamarei doravante de “etapas”) freqüentados por uma mesma “turma”. Cada etapa usualmente tem uma duração que vai de 4 a 7 dias, período no qual os participantes se encontram “confinados” em um espaço comum, onde acontecem todas as atividades relativas ao curso. As etapas são separadas entre si por um período de um ou dois meses. Com bastante freqüência, as diferentes etapas de um mesmo ciclo de cursos ocorrem em diferentes locais. Os participantes, oriundos de localidades diversas, têm suas despesas pagas pelo MAB e se deslocam de ônibus para os locais onde acontecem as etapas. Idealmente, uma “turma” seria composta pelos mesmos participantes, que deveriam estar presentes em todas as diferentes etapas. Na prática, isso nem sempre acontece. O termo “encontro” busca designar todas as atividades em que ocorrem a reunião de participantes (com freqüência em situações caracterizadas por dinâmicas muito semelhantes às dos “cursos”) sem que se verifique a existência dos *ciclos* (ou seja, do conjunto articulado de etapas) e das “turmas”.

Como afirmei acima, nos anos de 2001 e 2002 tive a oportunidade de participar do primeiro ciclo de cursos de formação, na época intitulados “Cursos Nacionais de Militantes”. Na seção seguinte apresento, muito rapidamente, algumas informações relativas à primeira desse ciclo, realizada na cidade de Porto Nacional entre os dias 05 e 09 de outubro de 2001³. O objetivo de tal apresentação é familiarizar o leitor com a dinâmica característica desse tipo de “reunião”. Muito embora de lá para cá algumas mudanças ocorreram, suspeito que os traços gerais disso que chamo de “dinâmica característica” permanecem os mesmos.

³ Essa descrição foi realizada tendo como base notas de campo redigidas durante a realização da etapa. Daniele Pinheiro me disponibilizou seu caderno com anotações relativas a essa etapa. Também dessas informações me servi para a redação desse item

3. O CURSO DE PORTO NACIONAL

Após mais de 35 horas de viagem de ônibus, cheguei com Daniele, minha colega do IPPUR, em Porto Nacional no início da manhã do dia 05 de outubro de 2001, uma sexta-feira. Um táxi nos levou da rodoviária até o local onde seria realizado o encontro. Já no trajeto nos demos conta de que esse local para onde nos dirigíamos ficava no *município*, e não na *cidade* de Porto Nacional, como imaginávamos anteriormente. Depois de 15 ou 20 quilômetros percorridos em uma estrada de asfalto, pegamos uma precária estrada de terra que, 4 ou 5 quilômetros adiante, levava até a Escola Agrícola Família Feliz, o local de realização do curso. Se eu entro em detalhes a respeito de nosso trajeto é porque me parece importante enfatizar o quão importante era, para os organizadores do curso, o isolamento em que se encontrava essa escola.

Como seu próprio nome indica, essa é uma escola agrícola, em cujo terreno se localizam não apenas os prédios e instalações típicos de qualquer estabelecimento escolar urbano como também os ‘laboratórios’ necessários à formação de seus alunos: pomares, hortas, algumas áreas de plantio, um pequeno estábulo. Seu público alvo são os filhos de moradores da zona rural do estado de Tocantins, que lá recebem não apenas a formação regular correspondente ao primeiro e segundo graus como também uma qualificação técnica na área de agronomia. O regime de estudo deles pareceu-me um tanto quanto peculiar: cada aluno passa uma semana inteira na escola, tendo aulas por sete dias consecutivos durante a manhã, tarde e noite. Ao término dessa semana, volta para casa, onde deve realizar tarefas que, em sua maior parte, são ‘aplicações práticas’, na propriedade de seus pais e na sua comunidade de origem, do que aprendeu na semana anterior. Enquanto estão ausentes da escola, são substituídos por um outro turno de alunos. Esse estabelecimento é financiado com recursos da Via Campesina – o que algumas placas espalhadas na beira da estrada evidenciam para qualquer um que passe por aquelas bandas. Uma vez que o MAB faz parte dessa organização, não surpreende então que o curso tenha se realizado aí.

A Escola Agrícola Família Feliz dispunha de todas as condições infra-estruturais necessárias para que o curso se realizasse com uma perda mínima de ‘tempos mortos’ entre as diversas atividades dos participantes. Esses passavam a noite nos dormitórios usualmente utilizados pelos alunos da escola – e cabe assinalar que, durante a realização do curso, as aulas foram suspensas. As refeições foram realizadas no refeitório da escola, quando mesas eram necessárias (café da manhã, almoço e jantar); ou então no próprio salão onde o curso aconteceu, no caso dos lanches rápidos do meio da manhã e fim da tarde. O baile que fechou o encontro também se realizou nesse salão. No que diz respeito aos dois outros cursos de que

participei, todas essas atividades (dormir, comer, dançar) ocorreram de forma bastante semelhante.

O curso realizado em Porto Nacional reuniu aproximadamente 80 pessoas, entre aqueles responsáveis por sua realização, estudantes que trabalham com a questão das barragens, membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de sindicatos, de associações de moradores e de organizações não-governamentais, estudantes da escola onde se realizava o encontro e representantes de comunidades ameaçadas ou atingidas por barragens das mais diversas partes do país – esses últimos, a maioria.

Todas as despesas relativas ao transporte dos participantes foram custeadas pelo MAB. De acordo com Marco Antônio, a liderança responsável pela apresentação do curso, três critérios foram utilizados para o “convite” para a participação no curso: em primeiro lugar, a liderança do movimento buscava “pessoas com potencial multiplicador”; em segundo lugar, exigia que essas pessoas realizassem “um trabalho vinculado com o MAB”; por fim, dava preferência aos jovens e às mulheres. Esses critérios se justificavam, de acordo com essa liderança, pelos objetivos do curso: “construção de quadros e lideranças” e de “qualificação dos agentes de transformação” que teriam o compromisso de difundir o que aprenderam no curso junto às suas comunidades. Na prática, porém, o que se pôde observar foi que, uma vez realizado o convite para a participação no curso, era no interior dos próprios grupos locais, referentes a cada uma das barragens, que se decidia quem iria participar, sem que os critérios acima fossem necessariamente respeitados. Os ‘representantes’ das comunidades atingidas pelas barragens no vale do Rio Doce eram, por exemplo, um padre da Arquidiocese de Mariana, um membro da CPT, um estudante da Universidade Federal de Viçosa, uma senhora já bastante idosa e um rapaz em torno dos seus 30 anos – dois últimos os únicos, dentre eles, efetivamente ‘atingidos’ por uma barragem.

Registrei, na ocasião, a barragem com a qual estavam envolvidos cada um dos participantes do encontro. Assim, lá havia representantes das comunidades atingidas ou ameaçadas pelas barragens de Serra da Mesa (GO), Serra Quebrada (TO), Canabrava (GO), e Tucuruí (PA), no Rio Tocantins; Sacos e Gatos (BA) e Itaparica (BA), no vale do rio São Francisco; Castanhão (CE), no rio Jaguaribe; Belo Monte (PA), no rio Xingu; Manso (MT), no rio Cuiabá; Corumbá IV (DF), no rio Corumbá; Tijuco Alto (SP), no vale do Ribeira; Aimoré (MG) e Candonga (MG), no vale do Rio Doce; Irapé (MG) e Murta (MG), no vale do Jequitinhonha.

Além das pessoas que vieram ‘de fora’, cabe destacar também a presença de alguns dos alunos da Escola Agrícola Família Feliz, que por razões diversas – a impossibilidade de ir para casa, o interesse pela questão das barragens ou pelo acontecimento excepcional que se

realizava na sua escola - permaneceram lá e participaram do curso. Parece-me que eles foram fundamentais para ‘quebrar o gelo’ e promover uma maior aproximação entre pessoas que, nunca tendo se encontrado antes, se mostravam a princípio tímidas ou receosas de estabelecer contato com os outros participantes do curso. Aquele era, afinal de contas, um ambiente que lhes era familiar, e com frequência ‘convidavam’ os outros participantes para atividades que lhes eram caras: o jogo de vôlei no fim do dia, o mergulho no riacho das redondezas, a cachaça nos corredores no fim da noite.

Dois ou três entre eles eram, de fato, pessoas ‘ameaçadas’ por barragens que estavam sendo construídas na região. Fiquei surpreso ao constatar, na etapa seguinte a essa, que um ônibus repleto desses alunos (inclusive com alguns que não haviam participado do curso de Porto Nacional) trouxe-os até Correntina. O mesmo ocorreu no que se refere às outras etapas, em Miguel Bournier e Palmitos. Dado o custo dessas viagens, tenho ainda dificuldades em entender o que levou o MAB a financiá-las, uma vez que eu não os identificava com os outros participantes, todos eles em alguma medida diretamente envolvidos com a questão das barragens. Por outro lado, soube mais tarde através de Daniele que um desses alunos estava sendo ‘formado’ para se tornar um militante “liberado” do movimento – um militante que é remunerado pelo movimento.

É importante ressaltar, desde já, que o ciclo de cursos como um todo (as 4 etapas) havia sido organizado por uma equipe responsável pela “formação e pedagogia” do movimento. Essa equipe era sediada na cidade de Erechim (RS), e seus integrantes eram todos originários do sul do país. Em Porto Nacional, havia três representantes dessa equipe que, junto com algumas lideranças do movimento (também originárias do sul), eram os efetivos responsáveis pela realização do curso e pela definição de suas atividades – aqueles, que, doravante, passarei a me referir como os “organizadores do curso”. Todos esses, é preciso enfatizar, eram militantes “liberados”. De fato, desconfio que naquela época não havia qualquer “liberado” no movimento que não fosse do sul do país, situação um pouco diferente nos dias de hoje.

É esse o momento, me parece, de tecer alguns comentários mais gerais a respeito do MAB, assim como das relações entre os diversos grupos (‘regionais’, digamos) que dele fazem parte. O MAB surgiu em 1989, da reunião de diversas organizações ‘locais’ num movimento que se pretendia ser organizado nacionalmente. Dentre essas organizações, e desempenhando um papel marcante no sentido de promover sua articulação, destacava-se a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), criada na década de 80 por camponeses ameaçados pela construção das Usinas de Itá e Machadinho, localizadas na Bacia do Rio Uruguai, na fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seja no que

diz respeito a recursos (financeiros ou não), ao poder político ou à capacidade de mobilização, a CRAB em muito superava qualquer das outras organizações. No recém-formado MAB, não tardou para que seus membros assumissem rapidamente as posições de liderança. Se a distribuição formal dos cargos e atribuições ainda expressava um certo equilíbrio entre a CRAB e as outras organizações, na prática o controle do MAB estava nas mãos daqueles originários do sul do país.

A criação de um movimento nacional não significou, porém, uma unificação ou centralização, a partir dele, das lutas e mobilizações contra as barragens pelo país. Nos estados do sul, o protagonismo nos enfrentamentos contra o Estado (e, posteriormente à reestruturação do setor elétrico iniciada na segunda metade dos anos 90, contra as empresas privadas responsáveis pelos empreendimentos) foi de fato exercido pelo MAB – ou melhor, por pessoas e grupos explícita e ritualmente se identificavam e apresentavam como representantes deste movimento. No resto do país, a situação mais freqüente continuou sendo o surgimento de resistências a partir de ‘coalizões locais’ – àquele de maior iniciativa surgidos no seio das populações ameaçadas e/ou atingidas se articulavam membros de sindicatos, ONGs, setores progressistas da Igreja, universidades, partidos políticos – apoiadas, em maior ou menor grau, pelo movimento nacional.

O ciclo de cursos a que faço referência aqui foi nomeado como sendo o “1º Curso *Nacional* de Formação de Militantes” (grifos meus). Ele deve ser compreendido, dessa forma, a partir do contexto delineado pelos esforços de seus organizadores – todas eles, como afirmei acima, oriundos do sul do país – no sentido de promover uma maior ‘integração’ de um movimento que, se pretendendo “nacional”, por elas mesmas era reconhecido como não o sendo. O esforço didático aí presente tem assim, na minha opinião, o objetivo de formar “militantes” a partir de um ‘formato’ específico. É desse ‘formato’ que trato na seção seguinte, ao considerar a análise que realizei do que chamo de “discurso do MAB”. Além dos cursos de formação, outras estratégias implementadas pelas lideranças do MAB me parecem poder ser lidas à luz desses esforços. Em especial, destaco que a partir da segunda metade dos anos 90, jovens militantes “liberados”, também eles originários do sul do país, passam a ser ‘enviados’ para morar e trabalhar na “mobilização” contra as barragens em outras regiões do país: locais como o interior do Ceará; o vale do Rio Tocantins, nos estados de Goiás e Tocantins; a Zona da Mata Mineira; o noroeste do Rio de Janeiro; o sudoeste de Goiás.

Ainda sobre o caráter “nacional” desses cursos, faço um último comentário. Para a surpresa da maior parte dos participantes das etapas de Porto Nacional, Miguel Burnier e Correntina, descobrimos, na última etapa desse ciclo de cursos, realizada em Palmitos (SC), que, paralelamente ao curso que vínhamos freqüentando, um outro ciclo de cursos ocorria na

região sul do país. Dessa forma, ao curso “nacional” de formação de militantes sobrepunha-se um curso “regional”, reunindo um número ainda maior de participantes, todos eles dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A etapa de Palmitos foi aquela em que ocorreu o encontro entre os participantes desses dois cursos.

No primeiro dia do curso, Marco Antônio, a liderança encarregada de dar início aos trabalhos, convidou todos a discutirem “coletiva e democraticamente” uma série de normas de comportamento que deveriam ser cumpridas por todos ao longo do curso. Ele anotava então as sugestões apresentadas numa grande folha de cartolina, que supostamente ficaria afixada em um lugar visível durante todo o curso. De qualquer forma, nem tudo era submetido à discussão coletiva: o quadro de horários, por exemplo, não o foi objeto. Ao longo das outras etapas, o mesmo procedimento foi repetido, e em todas essas oportunidades as normas estabelecidas ao fim e ao cabo eram basicamente as mesmas: as que eram definidas pelos organizadores do curso. Marco Antônio demonstrava considerável habilidade para conciliar e adaptar as sugestões vindas dos participantes a um esquema previamente definido. Essas eram as normas de fato, aquelas que se repetiam em todas as etapas e cujo cumprimento era sempre exigido pelas lideranças. Na eventualidade de alguma contradição entre as normas ‘oficiais’ anotadas na folha de cartolina e as que eram impostas pelos coordenadores do curso, naturalmente prevaleciam as últimas. Eventualmente, um ou outro protesto surgia, sem maiores repercussões, no entanto.

Os responsáveis pela organização estruturaram o curso a partir de uma grade de horários que previa a realização de atividades ao longo de todo o dia. Já na abertura do curso, essa grade foi apresentada aos participantes, sendo-lhes requisitado um esforço no sentido de que contribuíssem para que fosse respeitada. A “disciplina”, afinal de contas, é um pré-requisito para o sucesso da luta. A grade de horários proposta era a seguinte:

06:45 – Acordar
07:15 / 08:00 – Café da manhã e atividades de limpeza
08:00 – Início das atividades do curso
10:00 / 10:15 – Intervalo e lanche
10:15 / 12:00 – Continuação das atividades do curso
12:00 / 14:00 – Almoço e atividades de limpeza
14:00 – Reinício das atividades do curso
16:00 / 16:15 – Intervalo e lanche
16:15 / 18:00 – Continuação das atividades do curso
18:00 / 19:00 – Atividades esportivas e lazer
19:00 – Jantar e atividades de limpeza
20:30 / 22:00 – Continuação das atividades do curso
22:30 – Dormir

Na prática, nem sempre o respeito a essa grade era possível. Em primeiro lugar, devido ao fato de algumas atividades tomarem mais tempo do que o previsto. Em segundo lugar, porque a maior parte dos participantes resistia à disciplina imposta pelos horários rígidos, buscando prolongar os momentos de intervalo e das refeições e, especialmente, aquele dedicado às atividades esportivas e lazer. E se não havia maiores dificuldades no que diz respeito ao horário de acordar, o ‘toque de recolher’ das 22:30 não foi respeitado em nenhum dos dias.

O cumprimento desses horários foi o motivo para o surgimento de alguns conflitos entre a organização do curso e alguns dos participantes. Pude testemunhar uma oportunidade onde os primeiros, identificados como o “pessoal do Sul”, eram acusados pelos participantes do Vale do Ribeira de não respeitarem o “seu ritmo”. Por outro lado, ouvi de um jovem militante da região sul críticas à “preguiça” da maior parte dos participantes, referindo-se, naturalmente, àqueles oriundos de outras regiões que não o Sul.

O que chamamos logo acima de “atividades do curso” corresponde a um conjunto de diferentes tarefas. Em primeiro lugar, havia as “aulas”, no período da manhã e da tarde. Nos dois primeiros dias, o responsável por essas aulas foi Frei Sérgio, figura há muito tempo ligada ao MAB e outros movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Via Campesina), que realizou uma “análise conjuntural e histórica da sociedade brasileira”. Nos dois dias seguintes, o responsável foi um ‘assessor’ do movimento, o professor Célio Berman, pesquisador do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP), que tratou da questão da política energética e do processo de privatização do setor elétrico. No último dia, eu e Daniele falamos, a partir da discussão realizada por uma colega nossa em sua dissertação de mestrado, sobre a história dos movimentos de resistência à construção de barragens no Brasil⁴.

Em segundo lugar, as atividades das “brigadas”. O conjunto de participantes do curso foi dividido, de forma aleatória, em sete grupos, correspondentes a sete “brigadas”. Cada uma dessas “brigadas” era identificada pelo nome de uma personalidade, uma “figura revolucionária”: Che Guevara, Fulgêncio, Zumbi dos Palmares, Margarida Alves, Paulo Freire, Florestan Fernandes e Padre Josino. Che Guevara, Zumbi dos Palmares, Paulo Freire e Florestan Fernandes dispõem apresentações. Fulgêncio Manuel da Silva foi um sindicalista

⁴ A dissertação em questão é a de Flávia Braga Vieira, “Do confronto nos vales aos fóruns globais: um estudo de caso sobre a participação do Movimento de Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens”, defendida junto ao Mestrado em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, e orientada pelos Professores Eliana Pessanha e Carlos Vainer.

e militante do MAB assassinado em 1997 por denunciar a violência de traficantes na região conhecida como Polígono da Maconha, em Pernambuco. Margarida Alves era presidente do sindicato de Trabalhadores Rurais de Lagoa Grande (PB), e foi assassinada a mando de latifundiários em 1983. Padre Josino Tavares, coordenador da Pastoral da Terra na Amazônia, também foi assassinado, em 1986, por apoiar lavradores em conflito com fazendeiros.

Além de nomear a brigada, essas figuras também serviram para definir o caráter das atividades específicas de cada grupo. Cada brigada recebia um conjunto de panfletos e apostilas apresentando a vida da personalidade que a nomeava, e esse material deveria servir de base para discussões internas ao grupo a respeito dessa pessoa assim como para a preparação de uma “mística” (falarei mais das místicas em seguida) que expusesse, para o conjunto dos participantes, os principais aspectos dessa vida. Além disso, as brigadas recebiam textos que deveria ser “estudados” em conjunto. As conclusões oriundas desse estudo deveriam também ser apresentadas para o conjunto maior dos participantes.

Era também através das brigadas que se processava a divisão de tarefas relativas à infra-estrutura do curso e à organização do espaço em que ele acontecia. Cada brigada deveria indicar, assim, duas pessoas para a “equipe da saúde”, responsável pelo atendimento de indisposições, dores de cabeça, etc.; uma pessoa para a “equipe da recreação”; uma pessoa para a “equipe da mística”; uma pessoa para a “equipe da disciplina”, responsável pela manutenção da ordem e pelo cumprimento das regras supostamente “estabelecidas em conjunto”; uma pessoa para a “equipe da animação”, responsável pelas atividades de lazer; uma pessoa como coordenador do grupo, seu representante e porta-voz junto à coletividade; uma pessoa como “secretário”. Na prática, porém, apenas a “equipe de mística”, composta por um representante de cada uma das brigadas, foi efetivamente constituída. Essa equipe era responsável pela elaboração de uma mística que deveria ser apresentada no início de cada dia, antes do começo das aulas. No penúltimo dia do encontro, uma festa foi realizada. Para essa festa, cada brigada deveria apresentar também uma mística, dessa vez incluindo todos os seus membros, centrada na personalidade que lhe nomeava.

Para além das “atividades de curso”, todos os participantes deveriam, através das brigadas, participar da limpeza e organização do espaço em que ocorria o curso. Isso ocorria três vezes ao dia, nos horários reservados ao café da manhã, almoço e jantar – respectivamente, às 07:15, 12:00 e 20:30. A brigada Paulo Freire, da qual eu fazia parte, tinha suas tarefas distribuídas de acordo com o seguinte esquema:

Dia 04/09: limpeza do corredor
Dia 05/09: limpeza da plenária
Dia 06/09: limpeza do refeitório

Dia 07/09: nenhuma tarefa

Dia 08/09: providenciar água e café para os participantes na plenária

Dia 09/09: limpeza dos banheiros

Conforme adiantei acima, dentre as atividades do curso constavam também as “místicas”. As “místicas” são rituais presentes na maior parte dos movimentos sociais rurais brasileiros, usualmente realizadas através de uma ou mais ‘apresentações’ (de teatro, música, dança, poesia) levadas a cabo de uma maneira toda particular. São extremamente comuns nas “reuniões” de que fala Comerford (1999). Nas palavras de um dos organizadores do curso transcritas em meu caderno de campo, “a mística é um espaço, uma encenação, uma poesia”, é o momento em que vai ser suscitado e trabalhado o “emocional” dos participantes “para transmitir algo”. Isso se dava em um espaço previamente preparado, geralmente o lugar onde, na “plenária”, se situavam os palestrantes, ou então ao ar livre. Num caso como no outro, toda uma série de “símbolos da luta” se encontravam presentes para a composição do cenário da mística: além da bandeira do movimento e de outros movimentos aliados (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, Movimento dos Pequenos Produtores Agrícolas – MPA, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR), a enxada, um monte de terra, flores, um vaso contendo água. Na divisão do trabalho interna à minha brigada, acabei ficando responsável por participar da “equipe de mística”.

Por fim, o último conjunto de atividades correspondia às apresentações das lideranças, geralmente trazendo questões relativas à luta e organização do movimento. As atividades do curso tiveram início justamente com a fala de Marco Antônio, então (e até hoje) uma das quatro ou cinco mais destacadas figuras do movimento. Os comentários que eles fez nessa ocasião ilustram bem não apenas a tônica das apresentações dessas lideranças durante esse curso como também o que eles explicitamente colocavam para os participantes como o seu objetivo. De acordo com Marco Antônio, uma vez que todos ali possuem um “inimigo comum (...) o projeto de desenvolvimento que eles querem nos enfiar goela abaixo”, é preciso “discutir como a gente vai ser unir”, como vai “unificar a luta” e criar “uma política nacional com estratégias para as mais diversas regiões”. É em função dessas necessidades que se coloca a exigência de “qualificar os agentes de transformação”, de “elevar o nível de consciência”, de “trazer conhecimentos e socializá-los para o fortalecimento do movimento”: daí, de acordo com Marco Antônio, o sentido da realização do primeiro ciclo de cursos de formação, cuja primeira etapa se realizava justamente ali.

4. A ANÁLISE DE DISCURSO

Na dissertação de mestrado em que se inspira esse artigo, consideramos, acima de tudo, o material pedagógico utilizado durante o primeiro ciclo de cursos de formação. Como afirmamos acima, não nos parece fazer sentido considerar esses cursos apenas a partir do que Comerford (1999) chama de sua “dimensão instrumental”, ou buscar, de forma equivalente, compreendê-los única e exclusivamente a partir dos argumentos e falas “oficiais” (ou seja, aqueles produzidos pelos seus organizadores e pelas lideranças do MAB) que lhes atribuem um “objetivo”. Ainda assim, e a despeito da necessidade de não nos restringirmos a ele, consideramos esse material pedagógico como passível de uma análise formal e mais detalhada por algumas razões.

Em primeiro lugar, porque a análise desse material nos permite apreender o “tipo de militante” que o movimento pretende formar e que, em alguma medida, efetivamente o faz. Em segundo lugar, identificamos aí a oportunidade de colocar em funcionamento um determinado aparato teórico-metodológico voltado para a “análise de discursos”, e que foi por nós desenvolvido ao longo dos dois últimos anos. Basicamente inspirado pelos trabalhos de Bakhtin (1988 e 1992.) e Foucault (1986), essa ferramenta analítica nos permitiu a definição disso que chamamos de *discurso pedagógico do MAB* e que constituímos como objeto de nossa investigação.

Não há espaço aqui para que entremos em maiores detalhes a respeito da natureza dos procedimentos utilizados. De uma forma geral, buscamos articular o conceito de *plurilingüismo* de Bakhtin (1988, 1992) à postulação de Foucault de que o discurso pode ser entendido como um sistema de relações que, de forma regular e constante, em um determinado período histórico-social, articula diferentes *posições de sujeito*.

Para Bakhtin (1988, 1992), o uso concreto da língua é responsável por um movimento que produz a sua diferenciação em diversos universos simbólicos, associados, mais ou menos diretamente, a um conjunto inumerável e finito de “estratificações sociais” (relativas, por exemplo, ao gênero, às classes, às profissões, aos grupos etários). Esse movimento de diferenciação o leva então a argumentar que a língua não é única, sendo mais pertinente falarmos que existe, no interior de uma mesma “língua nacional”, um conjunto de “linguagens”. As linguagens são pensadas, assim, como “pontos de vista sobre o mundo, formas de sua interpretação verbal, perspectivas axiológicas, objetivos e semânticas” (Bakhtin, 1988, p. 156). Um discurso plurilingüístico é aquele discurso caracterizado pela presença, em seu interior, de elementos tomados de diversas linguagens. Do nosso ponto de vista, o discurso pedagógico do MAB é um exemplo conspícuo de tal tipo de discurso.

Utilizamos Foucault (1986) porque esse autor nos possibilita uma forma fértil de pensar a *articulação* que se realiza entre essas diversas linguagens no interior de um discurso. Ao sugerirmos que as diversas linguagens do plurilingüísmo bakhtiniano pode ser pensadas enquanto posições de sujeito – ou seja, enquanto “modalidades enunciativas”, correspondente a um determinado “tipo de enunciado” – encontramos a possibilidade de entender como, de acordo com esse autor, essas linguagens/posições de sujeito se articulam e constituem um discurso particular. Para Foucault (1986), o discurso nada mais é que “feixe de relações”; “assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (p. 98).

A análise realizada nos permitiu identificar cinco posições de sujeito (PS) no interior do discurso do MAB:

1. PS crítico, correspondente a uma linguagem cuja origem remonta a um certo marxismo, propugnando uma idéia da realidade como algo inerentemente contaminado por falsas aparências/ideologia e cujo verdadeiro fundamento só pode ser acessado através de um certo exercício de *crítica*.
2. PS de mobilização, correspondente a uma linguagem de caráter agonístico que representa as relações entre determinados grupos sociais como essencialmente conflituosas, evocando a necessidade do “combate” e da “luta” como condições necessárias para a sobrevivência social.
3. PS institucional-organizativo, correspondente a uma linguagem pautada pela preocupação com a eficiência e a eficácia gerencial e administrativa de uma “organização”, hierárquica e planejada, a ser criada.
4. PS moral, correspondente a uma linguagem explicitamente defensora de certos valores “éticos”: a salvação pelo trabalho, a importância da fé e da frugalidade, o valor da lealdade e do companheirismo.
5. PS ecológico: correspondente a uma linguagem cujos tons são fortemente marcados pelos discursos ecológicos hegemônicos contemporâneos.

Não teremos aqui a oportunidade de apresentar em maiores detalhes os resultados da análise realizada, onde buscamos compreender as relações e articulações estabelecidas entre essas diferentes posições de sujeito, assim como suas implicações para a constituição do discurso. Destacamos apenas que, de acordo com essa análise, é a articulação particular que se estabelece entre duas das posições de sujeito apresentadas acima (PS de mobilização e PS

institucional-organizativo) que constitui o eixo norteador do discurso, subordinando a ela não só as outras posições, consideradas individualmente ou não, como igualmente outras articulações.

Nessa articulação particular, cria-se um plano que diz respeito à própria natureza da relação estabelecida entre esses sujeitos *no interior* de uma instituição que existe para o confronto, para a luta. A luta coletiva é, nesse sentido, inextricavelmente vinculada à organização das “pessoas” a partir dos preceitos da instituição-movimento. É esse o eixo norteador do discurso a que fizemos referência. É a partir das necessidades estabelecidas pelo par luta/organização, é em função delas que a posição de sujeito crítico incita a formação de sujeitos capazes de produzir uma verdade; que a posição de sujeito moral estabelece imperativos e modelos de comportamento a serem seguidos; que a posição de sujeito ecológico institui o meio-ambiente como um campo de conflitos digno de preocupação.

5. CONCLUSÃO – A CENTRALIDADE DO NACIONAL, A ESTRATÉGIA POLÍTICA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO

Em um país com a extensão do Brasil, a atuação de um movimento em escala nacional se revela, naturalmente, problemática, ainda mais se considerada a questão da escassez dos recursos. Dessa forma, a solução encontrada para que se pudesse conciliar a unidade necessária a um movimento que se pretendia nacional com a realização de lutas eminentemente nas escalas regionais e locais foi a opção por

“um modelo federativo, em que cada movimento local ou regional guardaria absoluta autonomia política, organizacional e financeira. A coordenação nacional, com representação igualitária das regiões, cumpriria as tarefas de articulação, e uma pequena secretaria [...] apoiaria o trabalho da executiva e da coordenação nacionais” (Vainer 2003, p. 202).

No presente momento, o MAB se encontra presente em 17 estados brasileiros, organizado em 10 “regiões”: Nordeste (estados do Ceará, Paraíba e Sergipe); Bahia e Vale do Jequitinhonha (MG); Mato Grosso; Goiás; Tocantins/Maranhão; Sul (estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); Rondônia; Pará; e São Paulo.

De acordo com a estrutura organizacional elaborada pelo movimento, cada região deve contar com uma coordenação regional⁵ assim como uma direção regional⁶. Em cada região, existem ainda coordenações de menor nível hierárquico: por obra, barragem ou projeto. Os representantes dessas últimas são escolhidos a partir dos grupos de base, a menor instância organizativa, reunindo de 5 a 10 famílias atingidas ou ameaçadas por grupo.

Na prática, porém, essa é uma estrutura que não foi efetivamente implementada. Esse é um ponto que admite pouca contestação – cinco minutos de conversa a esse respeito com qualquer militante ou liderança o evidencia. A imensa disparidade organizacional e de recursos existente entre as diferentes regiões tornam complicadas, porém, generalizações relativas a esse aspecto.

Afirmamos no item anterior que a análise de discurso por nós empreendida permitiu perceber que o discurso pedagógico do MAB se organiza, essencialmente, a partir da articulação entre as PS de mobilização e PS institucional-organizativo. Se a criação ou o fortalecimento dessa instituição-movimento a partir do par luta/organização é a chave para a leitura desse discurso, é preciso destacar que essa criação ou fortalecimento deve acontecer a partir de um formato cuja pertinência não é objeto de contestação. O que é preciso, assim, é lutar pela consolidação do *MAB Nacional*.

A despeito de sua existência formal como organização responsável pela luta dos atingidos em todo o país, as dificuldades do MAB no sentido de viabilizar a unificação das lutas são bastante significativas. Nesse sentido, lançamos aqui uma hipótese que exigirá o desenvolvimento de investigações ulteriores: os cursos de formação parecem ser, assim, uma instância privilegiada para a promoção de estratégias que estimulem essa unificação, através de uma padronização das formas de luta e organização coletiva.

Essa padronização se encontra associada à formação de algo que poderíamos chamar de um *projeto identitário*, instituído enquanto estratégia política pelas lideranças do MAB. Com essa expressão pretendemos designar o conjunto de processos através dos quais essas lideranças buscam construir e difundir *um* modelo de “atingido” ou, de outra forma e levando essa lógica ao limite, o “atingido-modelo”.

No que se refere ao “público-alvo” dessa prescrição, o alcance desse projeto é,

⁵ “Coordenação organizada em cada uma das 10 regiões, com o objetivo de coordenar o trabalho a nível de região, bem como ser o elo de ligação das regiões com o nacional e vice-versa. Alguns de seus membros participam (...) da coordenação nacional. O total de membros em cada coordenação varia de 10 a 40 militantes, de acordo com a região” (MAB 2005, p. 10).

⁶ “Responsável pelo debate sobre as ações a serem desenvolvidas na região, bem como pela operacionalização das decisões das instâncias nacionais. Os encontros da direção regional serão realizados trimestralmente, ou conforme as necessidades e particularidades de cada uma das regiões. Reúne em torno de 30 militantes” (MAB 2005, p.10).

naturalmente, diferenciado. Poderíamos evocar aí uma gradação que vai das lideranças intermediárias àqueles que, participando apenas ocasionalmente de atividades promovidas pelo movimento, poderiam ser caracterizados, de uma forma talvez imprecisa, como pertencentes à “base”.

Em um extremo, portanto, as lideranças intermediárias. Em sua maior parte, são os representantes de comunidades atingidas ou ameaçadas, e que desempenharão, assim, o papel de lideranças regionais. São esses, por excelência, aqueles a que se destinam os cursos de formação. Isso se deve, principalmente, à sua importância nas tarefas de organização e mobilização em suas regiões. Embora seja cada vez mais freqüente a prática de “deslocamento” de militantes já experientes – em sua imensa maioria oriundos da região do Alto Uruguai – para o desempenho dessas tarefas, essas lideranças regionais têm sempre uma grande importância na *mediação* entre o movimento nacional e as regiões. Eles funcionam, dessa forma, como “correias de transmissão”. Já no primeiro dia do curso realizado em Tocantins, quando da apresentação dos objetivos gerais do ciclo de cursos, foi enfatizada a importância desse aspecto. A liderança nacional responsável por essa apresentação destacava duas razões para justificar a reunião, naquela oportunidade, de pessoas vindas das mais diversas regiões do país. Em primeiro lugar, a importância da “diversidade, da troca de experiências como momento da formação”, de “trazer conhecimentos e sociabilizá-los para o fortalecimento do movimento”, de “animar a galera para a troca”. Em segundo lugar, a necessidade de um compromisso no sentido de “repassar o conhecimento para os outros em suas regiões”. Afinal de contas, o movimento precisa de “conhecimento potencializado”. É também com relação a esse ponto que essa liderança nacional explica a presença dos que ali se encontravam, uma vez que se tratavam, todos eles, de “pessoas com potencial multiplicador”⁷.

No outro extremo, as “bases”. Com esse termo estamos designando, como afirmamos acima, o conjunto daqueles que participam apenas ocasionalmente das atividades do movimento: uma ou outra reunião, mobilizações, ocupações, marchas, manifestações. O grau e a natureza da participação da base nessas atividades variam de forma considerável de acordo com a região considerada, com o período e com as situações de barragens.

Qual o sentido da delimitação desses extremos? Não é nosso objetivo aqui descrever a multiplicidade de atuações e posições de todos esses que se encontram, em maior ou menor medida, vinculados ao movimento. Queremos apenas ressaltar que o processo de

⁷ Todas as citações entre aspas nesse parágrafo têm como origem a transcrição das falas da liderança nacional presente nas notas de campo.

subjetivação inerente ao projeto identitário atua com intensidade variada ao longo de um espectro no qual se encontram presentes diferentes inserções no movimento.

Para finalizar, é fundamental destacar, mais uma vez, que os comentários desenvolvidos nesse artigo se basearam, fundamentalmente, no primeiro ciclo de cursos de formação, realizado há mais de cinco anos atrás. De lá para cá, a prática de realização de cursos foi não apenas instituída como um procedimento habitual no interior do movimento como foi também objeto de consideráveis mudanças. Como afirmei na introdução, tive a oportunidade de realizar uma visita a uma etapa desses cursos no início do ano passado, e pelo pouco que pude ver, assim como pela rápida conversa que tive com um dos responsáveis pela sua organização, ficou evidente que muita coisa se transformou durante esse período. Assim, as colocações que aqui apresento devem ser tomadas como o ponto de partida – oportunidade para levantar hipóteses e questões – para uma investigação que considere não só as formas presentes através das quais são levados a cabo esses cursos como também as transformações por que passaram ao longo desses anos. Essa é uma pesquisa que se coloca no nosso horizonte. Os cursos de formação dos movimentos sociais têm sido quase que inteiramente ignorados pela literatura acadêmica ao passo que, do ponto de vista daqueles que deles tomam parte, se destacam como um tipo de prática de importância decisiva para “a luta”.

6. BIBLIOGRAFIA

- COMERFORD, John Cunha. Fazendo a Luta. Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. In: Bakhtin, M. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fonte, 1992a.
- BAKHTIN, Mikhail. “O discurso no romance”. In: Bakhtin, M. Questões de Literatura e de Estética. A Teoria do Romance. São Paulo: Editora da UNESP/Hucitec, 1988.
- FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Fortalecendo a Organização e a Luta dos Atingidos por Barragens no Brasil. Brasília, 2005.
- VAINER, Carlos. “Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil”. In Justiça Ambiental e Cidadania. H. Ascelrad; S.Herculano; J. A. Pádua, (orgs.). Rio de Janeiro:Relume Dumará, 2003.